



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Exercício de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010

A Direcção vem apresentar o seu relatório do Exercício de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010.

I – Relações da ACPI com a FICPI – Fédération Internationale des Conseils en Propriété Industrielle

Em 2010 realizaram-se 2 comités executivos da FICPI.

Um primeiro de 10 a 14 de Janeiro de 2010, em Buenos Aires, Argentina, e um outro de 5 a 8 de Setembro, em Munique, Alemanha. Em ambas as reuniões a Associação esteve representada pelo Secretário-Geral.

A Direcção procedeu à distribuição das resoluções aprovadas nas referidas reuniões.

II – ACTIVIDADES DA ACPI

1. A 22 de Janeiro, e com o apoio desta Associação, decorreu em Lisboa um seminário organizado pelo Professional Qualification Committee - uma das Comissões do Instituto Europeu de Patentes (epi) -, subordinado ao tema "PCT – filing, prosecution, strategies to be applied, entry into the regional EP phase, including recent PCT changes and EPC changes of April 1, 2010".

2. Uma das questões que concentrou fortes atenções da Direcção foi a possibilidade de ratificação, por parte do Estado Português, do "Acordo de Londres".

Trata-se de matéria que transitou de 2009, uma vez que houve sinais no final de 2009 que voltaram a suscitar a possibilidade dessa ratificação ocorrer no início de 2010.

Para alertar todas as entidades que poderiam intervir no processo a Direcção promoveu uma ronda de contactos com os Grupos parlamentares. Também nesse âmbito a ACPI foi recebida em audiência pela Comissão Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Energia.

No seguimento destes contactos, requerimentos e perguntas ao Governo foram feitas por diferentes Grupos Parlamentares e, durante largos meses, parecia que o assunto teria perdido interesse por parte do Governo.

Sucedeu que, no final de Outubro de 2010, fomos surpreendidos com um Decreto aprovado em Conselho de Ministros que aprovava a adesão de Portugal ao referido Acordo de Londres.

Tal motivou nova urgente ronda de contactos.

Nesta fase do processo de realçar o contributo e importância das intervenções do Grupo Parlamentar do CDS-PP (através do Deputado Ribeiro e Castro, Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros) e do Grupo parlamentar do PCP (através do Deputado João Oliveira).

As várias iniciativas e tomadas de posição – onde se destaca a posição da CIP-Confederação da Indústria portuguesa de apoio activo às nossas posições -, criaram as condições para que o Decreto não fosse promulgado pelo Senhor Presidente da República que o devolveu ao Governo. Atendendo ao debate suscitado o Governo entendeu retirar o tema da agenda.

Neste momento a Direcção não pode deixar de realçar a colaboração de várias pessoas e entidades que apoiaram a Associação em todo este processo, destacando o Deputado Ribeiro e Castro, o Deputado João Oliveira, a CIP-Confederação da Indústria Portuguesa e a AMEP, na pessoa do seu presidente da Direcção (e membro da ACPI) Eng. João Cruz.

Naturalmente que a Direcção se congratula com o facto de, apesar de ter estado muito perto de o ser, o referido Acordo não ter sido ratificado até à presente data.

3. No dia 28 de Abril realizou-se uma Assembleia Geral ordinária da Associação. Nessa Assembleia Geral foram eleitos os órgãos sociais para o Biénio 2008-2010.

Foram igualmente ratificados como novos membros da ACPI a Dra. Cláudia Cunha, Dra. Joana Mota, Dra. Elsa Maria Trigueiros de Aragão, Dr. Francisco Morais, Dra. Maria Cruz Almeida e Dra. Maria do Carmo Fernandes.

4. No seguimento da Assembleia Geral decorreu uma Conferência, organizada em conjunto com a AIPPI, onde foi orador o Prof. Jaime Andrez. À conferência seguiu-se o habitual jantar.

5. No dia 26 de Abril (Dia Mundial da Propriedade Intelectual) decorreu o III Forum da ACPI. O tema deste Forum foi “Marcas e Patentes – Chaves do Sucesso”.

Foi um evento que correu de forma extremamente positiva, com cerca de 100 inscritos. Durante todo o dia, e distribuído por 4 painéis discutiram-se inúmeros aspectos relacionados com a propriedade industrial e a nossa profissão. Igualmente foi possível, com este evento, dar uma maior visibilidade mediática à nossa Associação. Este evento contou com a agência Lusa como media partner.

6. A Associação foi convidada a pronunciar-se sobre diferentes diplomas legislativos, nomeadamente: Decreto-Lei referente ao regime de exercício da actividade de Agente Oficial da Propriedade Industrial, Proposta de Lei que cria o tribunal de competência especializada e a transposição da Directiva 2004/48/CE.

A Direcção agradece a colaboração que a Comissão de Acompanhamento legislativo prestou nestes temas. Compõem a referida Comissão os membros Paulo Vieira Barreto António Côrte-Real, Isabel Franco, Ana Ferreira da Silva, António Andrade, Nuno Cruz, Paulo Monteverde e João Paulo Mioludo.

7. A Associação foi convidada pela Associação Portuguesa de Designers (APD) para participar num Seminário sobre Propriedade Intelectual para Designers e Empresas de Design. O Secretário-Geral foi um dos oradores nesse seminário.

8. Após a eleição dos novos órgãos sociais a Direcção da ACPI foi recebida pelo Conselho Directivo do INPI, I.P.. Na reunião foram apresentadas algumas preocupações dos nossos membros, tendo igualmente sido discutidas várias futuras iniciativas. Até à presente data não foi possível concretizar as mesmas.

9. A pedido da Arbitrare realizaram-se, em 2010, 2 reuniões entre a Direcção e aquela instituição. Como resultado das mesmas será possível, em breve, desenvolver actividade conjunta.

10. A nível internacional a Associação foi convidada e participou na “Second Global IP Summit”, um encontro de 1 dia que pretende juntar Associações profissionais de vários países. Esta reunião teve lugar em Paris tendo estado presente organizações profissionais de cerca de 15 países.

11. Como tem sucedido nos últimos anos a Associação tem tido uma importante presença nos órgãos de comunicação social, permitindo não só dar mais visibilidade à Associação, como tornar públicas as opiniões e argumentos da Associação. Nesse sentido foram publicadas, entrevistas, artigos de opinião, várias notícias.

A Direcção entende que esta presença mediática é fundamental para a defesa dos interesses dos membros da Associação. Aliás os resultados são visíveis e por todos conhecidos.

A colaboração de uma agência de comunicação foi importante na referida exposição mediática. Contudo esta opção tem custos e é hoje claro que a simples quotização dos sócios, aos valores actuais, não é suficiente para fazer face aos custos inerentes. Durante este ano, e em consequência da obtenção de receitas por via da organização do Forum foi possível angariar formas de financiamento para cumprir essas obrigações..

12. De toda a actividade da Direcção foi sempre dado permanente conhecimento aos membros, entendendo a Direcção ser essa troca de informações fundamental para o bom funcionamento da Associação.

13. Foram atempadamente cumpridas as obrigações relativamente às quotizações, como Grupo Nacional, na FICPI.

Lisboa, 26 de Abril de 2011

A DIRECÇÃO

César Bessa Monteiro

Luís Miguel Cunha Ferreira

Gonçalo de Sampaio

João Jorge

Maria Cruz Garcia